

FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA: DA MILITARIZAÇÃO DA MEMÓRIA AOS USOS POLÍTICOS DO PASSADO

Rodrigo Musto Flores¹

RESUMO: As análises acadêmicas disponíveis sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial têm seguido em uma crescente no país. Entretanto, ainda é quase inexistente as apreensões que se preocupam com o envolvimento dos veteranos nas questões políticas do país, após o fim da Guerra. O presente artigo, busca contribuir com o preenchimento dessa lacuna, observando a construção de uma memória sobre a participação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) e a aproximação das associações com as Instituições Militares na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Nesse sentido, obedecendo aos limites da presente análise, pretendo abordar a progressiva construção de uma identidade em comum, entre esses veteranos de guerra e as Forças Armadas. Além disso, o papel de gerenciamento de um discurso de memória que a AECB-JF desempenhou durante sua existência, bem como os usos políticos feitos a partir dessa memória.

PALAVRAS-CHAVE: Memória. Veteranos de Guerra. Militarização. Ex-Combatentes.

BRAZILIAN EXPEDITIONARY FORCE: FROM MILITARY MEMORY TO THE POLITICAL USES OF THE PAST

ABSTRACT: The academic analysis available on Brazil's involvement in World War II has continued to grow in the country. However, the apprehensions that concern themselves

¹ Mestre em História pelo programa de mestrado profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa. E-mail: rodrigomustoflores89@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2750-2719>.

with the involvement of veterans in the country's political issues after the end of the war are still almost nonexistent. This article seeks to contribute to filling this gap, observing the construction of a memory about the participation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB) in World War II (1939 - 1945) and the approximation of associations with Military Institutions in the city of *Juiz de Fora, Minas Gerais*. In this sense, obeying the limits of this analysis, I intend to address the progressive construction of a common identity between these war veterans and the Armed Forces. In addition, the role of managing a speech of memory that the AECB-JF played during its existence, as well as the political uses made from that memory.

KEYWORDS: Memory. War veterans. Militarization. Ex-combatants.

FUERZA EXPEDICIONAL BRASILEÑA: DE LA MEMORIA MILITAR A LOS USOS POLÍTICOS DEL PASADO

RESUMEN: El análisis académico disponible sobre la participación de Brasil en la Segunda Guerra Mundial ha seguido creciendo en el país. Sin embargo, las detenciones que se refieren a la participación de veteranos en los asuntos políticos del país después del final de la guerra aún son casi inexistentes. Este artículo busca contribuir a llenar este vacío, observando la construcción de un recuerdo sobre la participación de la Fuerza Expedicionaria Brasileña (FEB) en la Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) y la aproximación de las asociaciones con las instituciones militares en la ciudad de *Juiz de Fora, Minas Gerais*. En este sentido, obedeciendo los límites de este análisis, tengo la intención de abordar la construcción progresiva de una identidad común entre estos veteranos de guerra y las Fuerzas Armadas. Además, el papel de administrar un discurso de memoria que jugó la AECB-JF durante su existencia, así como los usos políticos que se hicieron de esa memoria.

PALABRAS CLAVE: Memoria. Veteranos de guerra. Militarización. Ex-combatientes.

AS ASSOCIAÇÕES DE EX-COMBATENTES E A MEMÓRIA DA FEB: UMA DISCUSSÃO INTRODUTÓRIA

As articulações para a composição de uma instituição que representasse a coletividade dos veteranos de brasileiros da Segunda Guerra Mundial, se deram ainda em território italiano. No Brasil, o questionável

processo de desmobilização da FEB, o progressivo esquecimento social e o latente descaso do Estado aumentam a demanda para a criação dessas instituições. Nesse sentido, as associações passam a atuar extrapolando o papel de simples redutos de reencontros se configurando, após a sua fundação, como locais de ação coletiva na batalha pelos direitos dos ex-combatentes.

O papel desempenhado por essas agremiações na reintegração social e profissional desses indivíduos é notável, todavia, o ponto a ser destacado nessa análise toca a atuação das agremiações, em específico a AECB-JF, como os primeiros lugares de memória sobre a participação do Brasil na Guerra. A agremiação mineira, antes da construção dos monumentos na cidade, era o lugar destinado à rememoração coletiva da passagem da FEB pela guerra. Dessa forma, atuando como agentes de memória os veteranos brasileiros rememoravam a FEB e, progressivamente, construía narrativas de memória, atribuindo-as sentidos e significados que moldavam uma rotina comemorativa típica da própria agremiação.

O sociólogo Halbwachs (2003), inaugura as reflexões sobre uma memória coletiva, deixando claro que essa categoria é, sobretudo, uma operação advinda de uma construção social sendo, portanto, um fenômeno coletivo. Nesse sentido, para o sociólogo, é o compartilhamento de impressões e lembranças que concedem aos grupos humanos uma sensação de identidade e unicidade. A construção e a transmissão de uma memória coletiva só é possível, se pressupormos a existência de características que sejam compartilhadas pelos diversos membros de um grupo. Essas características, viabilizam a troca de experiências e tornam mais tangíveis os objetivos em comum que a coletividade quer atingir. (CONNERTON, 1999, p. 03).

Mobilizar essas lembranças, de acordo com Lowenthal (1998), é uma das formas mais concretas de se sustentar uma identidade coletiva duradoura. Dessa forma, a construção de uma narrativa de memória que representasse os anseios da agremiação mineira e seu corpo social, se fundamental. Além disso, comunicação objetiva dos feitos dos juiz-feranos na Guerra ajudava a criar meios para a consagração desse passado heroico, determinando os usos e sentidos dados a essas narrativas pelo corpo social.

Anterior à construção de monumentos, o ambiente associativo passa a demarcar um lugar para as narrativas de memória sobre a Guerra em Juiz de Fora. Portanto, o espaço da AECB-JF representava para seus associados mais que um local de ajuda mútua àqueles que enfrentavam dificuldades, à medida que simbolizava também um lugar de memória. As narrativas nele sacralizadas, num primeiro momento, mais próximas da sociedade civil do que das instituições militares, conferiam potência necessária para as lutas em torno da correção do problemático processo de desmobilização, bem como na busca por auxílio material, hospitalar, funerário e jurídico aos expedicionários e suas famílias.

A seguir foi dada palavra ao Professor J. H. Vianna, que fez um amplo relatório apresentando em parte a Associação dos ex-combatentes do Brasil em Juiz de Fora, declarando em primeiro plano que (...) foram em primeiro lugar arranjados 48 empregos para ex-combatentes, embora não em boas condições, mas que já davam para ir se remediando; 16 comunicados de emergência; 09 ex-combatentes não especificados, 02 enterros; 04 ex-combatentes no Hospital de Itatiaia (Tuberculose), 06 na Santa Casa; 05 casas para ex-combatentes; 11 passagens; 04 dentistas; 36 chapas de RX; 05 curativos; 04 partos; sendo 02 casos gravíssimos (AECB-JF, 1947, p. 18).

Quanto aos discursos proferidos em assembleias e eventos internos a agremiação, estes ressaltavam, principalmente, o esquecimento social e a falta de amparo do Estado para com os ex-combatentes. Nesse sentido, era fundamental o planejamento de estratégias e articulações para a manutenção da vigilância comemorativa da agremiação, assim como, o bem-estar das relações sociais entre os membros. Tais práticas, a médio e longo prazo, garantiam a continuidade da luta dos veteranos por reconhecimento, consolidando a agremiação como um lugar de memória sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Nas pesquisas realizadas junto aos arquivos da associação as falas dos associados, registradas nas atas, não traziam narrativas de episódios específicos sobre a guerra. Todavia, nos discursos feitos pelos oradores,

há uma constante mobilização da terceira pessoa do plural com o intuito de ressaltar, em meio a todas aquelas experiências, os diversos significados delas para a coletividade. Os pontos mais ressaltados nas falas evidenciavam: a dívida da população para com os ex-combatentes, o papel dos combatentes como guardiões dos ideais de Liberdade e Democracia, inerentes a luta da FEB na Guerra, e sobretudo, a luta contra o esquecimento social.

Os discursos presentes nas fontes analisadas delegam uma forte carga imperativa ao verbo “lembrar”, pontuando por diversas vezes, a dívida que, em tese, a sociedade possuía com os militares que deram seu sangue para defender os ideais democráticos. Essas narrativas de memória, quando alçam aos espaços públicos, por meio das lembranças e comemorações coletivas, acabam por definir uma ritualização do passado, garantindo certa rotina às datas comemorativas. Dessa forma, utilizando referências palpáveis à maioria do corpo social (Democracia e Liberdade) a coletividade almeja viabilizar a transmissão dos costumes que, de modo geral, pressupõe um exercício da seleção e uma gama de usos conferidos a esse passado em comum (HOBSBAWM, RANGER, 1984).

Segundo Todorov (2000), a memória é uma operação que pressupõe a relação entre a conservação e descarte de informações, portanto, ao se jogar luz em determinadas visões ou versões legamos ao outro lado as sombras. Quando escolhemos as informações recebidas sob certos critérios, evidenciamos a natureza subjetiva da memória e, os quais, de forma consciente ou não, determinamos e direcionamos os usos e sentidos que daremos às experiências narradas.

Outro ponto que merece destaque na presente análise diz respeito à formação de uma “identidade febianana”, categoria que a princípio arregimentaria os veteranos brasileiros da FEB, mas ao longo do tempo se expandiria também para os familiares. A memória, entendida também como um exercício, se incorpora ao discurso de identidade e se porta como um dos pilares para a fundamentação desse sentimento. A atuação dos agentes de memória, nesse caso dos familiares de veteranos da FEB, traz à tona como a função narrativa do discurso de memória se mostra como principal elemento unificador dessa coletividade, justificando a existência do grupo enquanto comunidade.

A formalização de um sentimento de coesão que, em geral, mobiliza certos valores e condições para a admissão de indivíduos a uma coletividade, evidência outra característica intrínseca ao processo de construção de uma memória coletiva por um determinado grupo. No presente caso, as disputas para a construção de uma identidade coletiva, cuja função primordial seria representar aqueles que se envolveram nos combates, tocam a natureza simbólica — legitimidade de transmissão do discurso, participação nas comemorações e atuação como agentes de memória —. Todavia, a natureza concreta — recebimento de pensões e benefícios prometidos pelo Estado, mediante à convocação para a guerra — também deve ser lembrada.

De acordo com Hobsbawm (1984), o termo “tradição inventada” possui um sentido extremamente amplo. Para a presente análise, é importante que, sob a ótica do autor, entendamos como “tradição inventada” a ritualização e formalização de práticas socialmente construídas. Nesse sentido, o engendramento de práticas comemorativas que visam a transmissão de valores e comportamentos através da ritualização do passado marca a construção de um discurso de memória repleto de significados, disputas e manipulações de narrativas.

Segundo Pollack (1992), a construção de uma identidade coletiva se dá a partir da negociação com outros grupos de acordo com critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade. Destarte, os 25.334 militares enviados para o *front* italiano durante a Segunda Guerra Mundial se viam, em primeiro lugar, como uma minoria, uma vez que representavam cerca de 0,06% da população total do Brasil em 1945.² Em segundo lugar, observavam os significados de sua participação em um conflito de tamanha magnitude se esvaír em meio a um processo de esquecimento social, que caminhava a passos largos.

Para o veterano José Maria Nicodemos, entrevistado para a composição da pesquisa, que deu origem a esse artigo, o esquecimento social trazia consigo toda sorte de críticas que taxavam os veteranos como

² A porcentagem acima foi levantada pelo professor Francisco César Alves Ferraz na obra: “*A Guerra Que Não Acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)*”, citada em outros momentos neste texto.

“inconvenientes” ou como “Os neuróticos de guerra”. De acordo com Nicodemos:

Depois da alegria imensa que sentimos na chegada ao Rio de Janeiro para mim, foi tudo decepção. Tem uma história que aconteceu quando eu já era taxista. Um dia parei o táxi em um barzinho, que tem aqui na Floriano com a Batista de Oliveira. Entrei lá e pedi um pouco de água do filtro o rapaz me deu e eu pedi: “Bote um cafezinho para mim.” Nisso tinha umas quatro pessoas sentadas e um deles me conhecia e, apesar de ser mais novo que eu, era meu colega de quando ainda era caminhoneiro. Bom, ele levantou, me deu um abraço e disse: “Esse é o Zé Maria. Zé Maria esteve na guerra!” Um dos que estavam lá, você não vai acreditar, disse: “O que é isso? O Zé Maria esteve foi na Itália passeando com nosso dinheiro!”³.

Nesse sentido, para abordar a aproximação das associações de ex-combatentes com as Instituições Militares, é necessário compreender que esse movimento ocorre, à medida que a sociedade civil se distancia dos veteranos. A construção de uma identidade compartilhada, entre as Forças Armadas e as associações, se dá de forma progressiva e, em certo sentido, a partir de posicionamentos favoráveis de ambos os lados.

Um dos fatores mais preponderantes para a construção dessa relação, se deve ao suporte institucional conferido pelas Forças Armadas à memória da FEB. O aparato institucional, portanto, pode ser entendido como ponto crucial para a sobrevivência dessa comunidade de memória, uma vez que garantia àquelas narrativas estabilidade e um *status* de projeto, à primeira vista, duradouro e concreto. A incorporação de um padrão comemorativo militar às comemorações, desfiles e rememorações coletivas da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, notadamente, também irá pressupor novos usos e apropriações dessas narrativas de memória.

³ José Maria Nicodemos. Entrevista ao autor, Juiz de Fora, 11 de junho de 2019.

IDENTIDADES COMPARTILHADAS: A APROXIMAÇÃO DA AECB-JF COM AS INSTITUIÇÕES MILITARES

O estreitamento dos laços entre as Forças Armadas e as agremiações, *a priori*, pode ser entendido como natural, uma vez que as memórias relacionadas a participação do Brasil na Guerra diziam respeito também às Forças Armadas, enquanto instituições. Todavia, após o retorno da FEB, a política de desmobilização colocada em prática dificultou a readaptação, reintegração social e profissional dos veteranos que tiveram seu retorno profissional, inclusive nas próprias Instituições Militares, dificultado. De acordo com o relato do veterano da FEB Wellington Lacerda, o processo de desmobilização da qual a FEB foi alvo, não se preocupou em garantir um retorno menos abrupto dos veteranos à sociedade: “Fomos dispensados pelo exército como bois dentro de um curral. Abre-se a porteira, toca-se para fora. Praticamente fomos tocados, sem uma preparação para a vida civil” (ACERVO PESSOAL DE WILSON LACERDA, 2019).

Para a parcela de veteranos que tentaram dar prosseguimento à carreira militar, o Aviso n.º 2.256, de 21 de agosto de 1945, determinava a proibição do uso de uniformes ou quaisquer distintivos que fizessem referência à campanha da Itália (BRAYNER, 1968). Essa medida, além de dificultar a reinserção destes militares às fileiras do Exército, colaborava para um apagamento dos significados da participação da FEB na Guerra em meio à própria caserna. Nesse sentido, o retorno às funções desempenhadas nas Instituições Militares, também era realizado às duras penas devido ao próprio contexto referente a convocação dos cidadãos-soldados após da declaração de Guerra em 1942.

A partir da série de ataques que tiveram como alvos navios mercantes brasileiros, as mobilizações que exigiam um posicionamento categórico do Brasil em relação à Guerra não podiam mais ser ignoradas. Todavia, após declaração de Guerra, anunciada em agosto de 1942, era necessário convocar, preparar e enviar homens até o *front*. De acordo com Maximiano (2010), a participação do Brasil na Guerra, ao lado do exército aliado, não era vista como positiva por todos os membros das armas. Portanto, é consenso na bibliografia consultada que houve a larga

utilização de redes de influência e subterfúgios de alguns militares e civis para evitar a convocação para a Guerra (FERRAZ, 2012; MAXIMIANO, 2010).

Após o retorno da FEB, as comemorações e conagração popular em torno dos “pracinhas” e a futura possibilidade de reinserção dos militares veteranos nas fileiras do Exército foi o ponto de ruptura entre o “O Exército da FEB e o Exército de Caxias”. O primeiro, adaptado às relações sociais do exército americano, mais democrático e igualitário, e o segundo, ainda herdeiro das relações sociais arcaicas do século XIX. Essa divisão, ao menos simbólica, frustrava as promessas e expectativas em torno de promoções e ascensão profissional na carreira militar dos veteranos da FEB (FERRAZ, 2012, p. 139).

A aproximação das associações de ex-combatentes e a comunhão de interesses, crenças e valores destas instituições com as Forças Armadas, como já colocado, se consolida ao longo do tempo. Um dos fatores cruciais para o estreitamento das relações, foi o apoio providencial oferecido pelas Forças Armadas aos veteranos. Se por um lado, a incorporação do aparato cerimonial militar e institucional das Forças Armadas era fundamental para as associações, por outro, para as Instituições Militares, principalmente o Exército, o culto à memória das vitórias militares na Segunda Guerra Mundial, bem como dos significados e comemorações atrelados a essas passagens, representam pontos de uma tradição que é indispensável para a manutenção das tradições militares.

Como já abordado anteriormente, as agremiações possuíam em seus primeiros anos um caráter comemorativo e simbólico iminentemente civil. Esse perfil, segundo Ferraz (2012), era característico nas sedes de São Paulo e do então Distrito Federal (Rio de Janeiro). A caracterização não-militar do período de formação das agremiações, ainda segundo o historiador, não era algo novo, uma vez que foi sentido entre ingleses e franceses posteriormente à Primeira Guerra Mundial. Nessas agremiações, predominavam padrões pacifistas nas comemorações onde o que era celebrado, era a paz e não a guerra, bem como os cidadãos-soldados e não o Exército ou o Governo.

Em se tratando de um contexto nacional, o divisor de águas para a caracterização de movimento mais pungente das Forças Armada em direção aos veteranos foi o famigerado “Desfile do Silêncio”, ocorrido no Rio de Janeiro, em junho de 1947. O protesto, contou com a participação de cerca de 3000 ex-combatentes (incluindo os feridos e mutilados) que se reuniram e desfilaram pelas ruas do Rio de Janeiro para solicitar uma maior atenção dos poderes públicos à causa dos veteranos de guerra (FERRAZ, 2012, p. 294).

O caso do “desfile do silêncio” escancarou as condições enfrentadas pelos ex-combatentes, em menos de dois anos do seu desembarque triunfal na capital federal. Em discurso proferido naquele momento, Paulo Sampaio de Lacerda, então presidente da seção carioca da AECB, salientou a situação de abandono dos pracinhas brasileiros, ressaltando:

O estado de real abandono e miséria em que se encontram os ex-combatentes, passando as mais tristes humilhações, as mais duras dificuldades e privações de toda espécie (...) provocados pelas consequências da guerra que se manifestam pela neurose, pela tuberculose e pelo desajustamento de muitos de seus companheiros, muitos dos quais, menos fortes de espírito ou em virtude do mal adquirido, tem sido levados ao suicídio (Diário de Notícias, 1947, p. 9).

Embora próxima da então capital federal, a AECB-JF, ou seus associados, não se manifestaram, ao menos oficialmente, sobre o episódio ocorrido no Rio de Janeiro. A despeito de que “Desfile do Silêncio” pareça um caso isolado, o episódio, de acordo com análises já citadas, foi marcadamente um dos pontos mais importantes relacionados a uma guinada ao conservadorismo do Conselho Nacional da AECB. Assim como, marca um aumento substancial de militares da ativa nos quadros das entidades espalhadas pelo território nacional.

Entretanto, outras hipóteses podem ser levantadas a partir da manifestação acima. O controverso desfile, ocorre em um momento onde os debates políticos estão em voga nas agremiações, principalmente no Conselho Nacional. De acordo com Silveira (1989), o clima para a eleição

da diretoria do Conselho, em outubro de 1947, era de ferrenha disputa político-partidária sendo que esse direcionamento, não era visto com bons olhos por alguns membros do Conselho Nacional. Além disso, na visão destes as agremiações deveriam se portar como instituições apolíticas.

É importante destacar, que em se tratando do envolvimento político das associações este era condenado no estatuto interno. Todavia, não se pode perder de vista que as questões políticas influenciavam diretamente a atuação pública destas entidades e no próprio uso atribuído a esse passado em comum. Nesse sentido, “embora fosse proibido pelo estatuto o envolvimento político, a política era um ponto fundamental para as conquistas coletivas.” (AECB-JF, 1985, p. 41). Para tanto, a incorporação institucional e a militarização do aparato comemorativo das associações acaba, também, por ser vista — com certas ressalvas — como uma alternativa ao envolvimento político destas instituições.

Na cidade de Juiz de Fora, os eventos que preenchiam o calendário social da AECB-JF destacam a busca da entidade e de seus associados por uma relação mais próxima, não só com a comunidade militar, mas, em suma, com a sociedade civil. A predominância de rituais civis nas primeiras aparições públicas da AECB-JF deve-se, principalmente, ao fato de que a fundação da agremiação tenha se concretizado a partir de articulações entre os veteranos mineiros e setores da sociedade.

Ao se considerar o contexto de institucionalização da sede regional, nota-se uma presença massiva de civis e veteranos nos cargos diretivos da AECB-JF. Essa predominância, pode ser percebida nas atas lavradas no momento de instituição da sede, em que a maioria da mesa diretora subscreve a ata de fundação, utilizando a alcunha de “expedicionários” e não com o posto ou graduação da instituição militar. Nesse sentido, as fontes pesquisadas demonstram que os cargos diretivos eram, em suma, ocupados por cidadãos-soldados que já haviam passado pelo processo de desmobilização.⁴

⁴ A composição da mesa diretora da AECB seção Juiz de Fora decidida por aclamação na primeira reunião da agremiação ficou assim organizada: Presidente de Honra: Marechal Mascarenhas de Moraes; Presidente Executivo: Professor J. H. Vianna Júnior; 1º Vice-Presidente: Expedicionário Adson Marques; 2º Vice-Presidente: Expedicionário José João

A aproximação da agremiação com as instituições militares é cada vez mais notada, a partir das eleições realizadas em fevereiro de 1948. Nessa ocasião, todos os cargos diretivos principais postos em votação (Presidente, Vice-Presidente, Secretários e Tesoureiros) foram ocupados por militares da ativa. Dos demais cargos, (Secretários de Assistência, Finanças, Intercambio e Cultura, Propaganda e Publicidade e Recreação e Esportes), somente dois ex-combatentes foram eleitos (AECB-JF, 1948, p. 36).

À medida que a diretoria se aproximava cada vez mais das instituições militares, os ramos cerimoniais e assistencialistas da agremiação também migravam em direção a uma maior aproximação. O caráter assistencialista, fundamental às agremiações, era o que se destacava devido ao suporte dado pelas instituições militares ao fornecer leitos e tratamentos médicos aos membros da associação, como referendado pela documentação.

Entender a comunhão de significados e símbolos entre a AECB-JF e as Instituições Militares da cidade, é fundamental para a compreensão de uma das faces do processo de militarização. Como a ANVFEB-JF⁵ surge na cidade somente na década de 1970, a nova agremiação nascerá com um parâmetro de comportamento e um discurso apologético às instituições, herdado, em certo sentido, daqueles veteranos da FEB, que discordavam da organização do quadro social da AECB. Essa cisão, porém, alcança seu auge no fim da década de 1980, quando a ANVFEB-JF sobrepõe a AECB-JF. Assim, a partir da fusão das agremiações, se encerra um período de disputas em torno da difusão de uma memória da guerra na cidade, bem como ocorre, um intercâmbio de redes de contatos e significados.

da Silva; 1º Secretário: Jornalista José Filástrio Ricardo de Albuquerque; 2º Secretário: Expedicionário Romeu de Matos Viana; 1º Tesoureiro: Expedicionário Adailton Garcia; 2º Tesoureiro: Expedicionário Sinval de Oliveira; Orador Oficial: Professor Nelson Evangelista.

⁵ A Associação Nacional dos Veteranos da FEB (ANVFEB), denominação utilizada atualmente, tem sua origem a partir da criação do Clube dos Veteranos da Campanha da Itália (CVCI) em 1963 que, posteriormente, se auto denominaria Associação dos Veteranos da FEB (AVEFEB). Essa associação, surge a partir de questionamentos referentes à montagem do quadro social da AECB e da demanda de uma entidade que representasse somente, àqueles que foram à Itália durante a Guerra.

Abordada a composição das relações institucionais, resta tentar responder a seguinte questão: como as Instituições Militares, principalmente o Exército, se tornaram, ao longo do tempo, os principais gerenciadores de uma memória sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial? A questão proposta, aponta para uma breve reflexão sobre os usos atribuídos a essa memória ao longo do tempo. Como observa Menezes (1992), o entendimento do conceito de memória coletiva perpassa a compreensão de que esta, é fruto um processo sempre inacabado subordinado à uma dinâmica social complexa.

A memória diz respeito a algo ou algum evento que ocorreu em um tempo pretérito, portanto, ao se remeter ao passado, se traduz como uma narrativa distinta do presente. Todavia, o presente de quem narra e os usos conferidos à essas narrativas influenciam na forma, nos significados e nas funções atribuídas a esses discursos. Nesse sentido, essas características fazem das narrativas de memória um importante veículo de valores, crenças e de legitimação de estruturas de dominação.

A aproximação das narrativas de memória da FEB e os usos atribuídos a esses discursos pelas Instituições Militares acabaram por, em primeira instância, distanciar os significados da participação do Brasil na Guerra da maioria da população civil. A militarização das comemorações e eventos, bem como, a solidificação da aliança entre as Forças Armadas e associações, se apresenta como um forte indício para a aceleração do processo de esquecimento das memórias relacionadas à FEB pela população em geral. Esse fator, somado a herança traumática do Regime Militar (1964 – 1985) aprofundou ainda mais essa fissura, acarretando uma espécie de prejuízo as memórias, significados e monumentos atrelados as Instituições Militares no Brasil.

A inserção de alguns militares veteranos no aparato institucional dos governos militares, acabou por passar a sensação de continuidade entre a luta da FEB na Guerra, o posterior golpe de Estado e o anticomunismo encampado pelo regime. Nessa tônica, Juiz de Fora ainda seria alçada ao epicentro dos acontecimentos que desencadeariam o golpe de 1964, na figura do então general Olympio Mourão Filho. Mourão, ex-combatente da FEB e, naquele momento, comandante da 4ª Região Militar do I

Exército, seria um dos principais articuladores do golpe que ocasionou o rompimento institucional e a consequente derrubada do então presidente João Goulart.

Nos momentos seguintes à instauração do golpe, em meio as reuniões da AECB-JF, a leitura de um comunicado enviado por Arthur da Costa e Silva buscava estreitar as relações entre a tomada de poder pelos militares e a memória da FEB e realizar uma aproximação entre os significados. Segundo o comunicado: “Com o esforço invencível de Montese que a nação brasileira com Deus e a Liberdade e dentro da democracia fortalecida e moralizada pela vitória sobre o totalitarismo comunista, inicia realmente a grande etapa de reformas democráticas” (AECB-JF, 1964, p. 37).

Dez anos depois essas relações ainda continuariam sendo feitas, entretanto, dessa vez no espaço público da cidade mineira. As comemorações cívicas em torno do Dia da Vitória e do 30º aniversário do embarque da FEB para a Itália é um dos exemplos da mobilização desses discursos. Na solenidade, o Cel. Otávio Luiz Rezende ressaltou que: “Por herança somos todos os mesmos soldados: os que voltaram trazendo a mesma ideia, com a mesma determinação. Liberdade em 08 de maio de 1945. Liberdade em 31 de março de 1964” (Diário Mercantil *apud* ANVFEB-JF, p. 07).

A FEB continuou sendo mobilizada como ponto de apoio para alguns militares, durante os anos de chumbo e nas narrativas de memória posteriores a eles. Segundo Otávio Costa (2014), a participação na Segunda Guerra Mundial mudou o comportamento político das tropas militares no Brasil. Para o militar com o retorno da FEB: “as Forças Armadas já estavam com outro pensamento, outras influências. Voltaram ao velho pretorianismo. Fizeram a intervenção em 29 de outubro de 1945, 1961, até chegarmos a 1964.” (D’ARAÚJO, *et al.*, 2014, p. 73)

Não restam, portanto, dúvidas de que o caráter cada vez mais militarizado que passou a fazer parte das comemorações e monumentos, somados a incorporação de significados e valores da luta da FEB à retórica que embasou os militares em 1964, acabou por fortalecer uma relação imediata entre o golpe civil-militar e a memória da FEB. A concretização

de um projeto de memória imperecível frente a passagem do tempo e o esquecimento vem acompanhada, quase sempre, de uma ambição pela verdade. A fragilidade da memória, pressupõe diversas interpretações e usos que darão margem também aos abusos. O projeto de memória que coloca os propósitos da FEB durante a guerra, adjacentes aos objetivos obscuros do golpe de 1964, buscou passar uma impressão de coesão e continuidade de um projeto político entre os militares.

Entretanto, cabe observar que as continuidades discursivas que eram propostas entre a FEB e o Golpe de 1964, bem como, os discursos que apontavam para esse sentido, não deve cegar o observador para outras questões mais profundas. Os componentes da FEB, à época da Guerra, e posteriormente, possuíam toda a sorte de posicionamentos políticos. Dessa forma, ao passo que houve veteranos que buscaram cancelar o golpe e os anos posteriores de Regime Militar, como uma espécie de continuidade da luta outrora empreendida na Europa. Outros, porém, evidenciavam a ruptura entre os significados, denunciando e se mantendo como críticos ativos do Regime Militar, à exemplo do Brigadeiro da Força Aérea Brasileira Rui Moreira Lima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre os abusos acerca dessa memória de guerra construída pelos grupos de veteranos, dentro e fora das associações, é uma tarefa produtiva. A busca por entender como a memória em torno da participação da FEB, outrora intitulada a vanguarda armada brasileira contra o totalitarismo, e em prol da democracia, pode ser flexionada a tal ponto que se mistura com a do Regime Militar é um exercício ainda em execução.

A FEB, como abordado, não sairia ileso do rompimento com o passado ditatorial isso porque as relações construídas com o projeto político em vigor de 1964 – 1985, introduziram novos usos e significados a esse passado. Ao longo desse processo, o que se observa é houve um aumento substancial de questionamentos que buscavam atingir o grupo envolvido com o Regime Militar, mas fazia dos veteranos da FEB e de sua memória o principal alvo das críticas.

O apoio tardio, mas fundamental das Forças Armadas, principalmente, do Exército no sentido de reatar as relações sociais com os seus veteranos e corrigir as falhas do processo de reintegração social acabou, em certo sentido, por exercer uma força contrária ao que foi pensado pelas associações. A busca por um respaldo institucional, que levou a aproximação dos veteranos de guerra brasileiros das Instituições Militares, estabeleceu rotinas comemorativas mais militarizadas nas festividades de comemorações coletivas sobre a passagem da FEB na Itália, ocasionando um confinamento dessas comemorações aos espaços dos quartéis e Instituições Militares, muito mais restritos.

A tentativa de transformar a memória social da FEB em uma política de Estado, principalmente, durante o Regime Militar, não representou uma presença maior dos significados da sua participação na guerra no imaginário da população civil. Pelo contrário, a apropriação dessa simbologia e a construção de uma relação quase indissociável entre a FEB e as Forças Armadas arrefeceram o interesse de parte da população, bem como, de pesquisas e investigações acadêmicas sobre o tema, que só recentemente apresentaram um crescimento.

A presente análise objetivou entender quais são os efeitos diretos dessa aproximação. Entretanto, quais serão as implicações desse processo é um ponto que, sem dúvida, esbarra nos limites do trabalho proposto, ou por esse processo ainda estar em andamento, ou pelas limitações das fontes analisadas. A comunhão de interesses entre ex-combatentes e Instituições Militares não é, de forma nenhuma, condenada mediante algum juízo de valor arbitrário. Entretanto, ao passo que essa aproximação se torna mais contundente, os significados inerentes à participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial acabam por fazerem mais sentido para o corpo militar, do que para a população civil, em geral.

REFERÊNCIAS

- ARQUIVO PARTICULAR DO S.R. WILSON ABRANCHES LACERDA. Memórias do veterano Wellington Lacerda, Viçosa-MG, 2019.
- ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL – SEÇÃO JUIZ DE FORA (AECB-JF). Livros de Atas das Reuniões da Diretoria (1947 – 1989).
- ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES DO BRASIL – SEÇÃO JUIZ DE FORA (AECB-JF). Livros de Atas das Assembleias Gerais (1947 – 1989).
- ASSOCIAÇÃO DOS VETERANOS DA FEB – SEÇÃO JUIZ DE FORA (ANVFEB-JF). Livro de Registros Históricos da ANVFEB-JF (1979).
- BRAYNER, F. de Lima. *A verdade sobre a FEB* (memórias de um chefe de Estado-Maior na Itália). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. 2. Ed. Lisboa: Celta Editora, 1999.
- D'ARAÚJO, M.^a. Celina et alii (Orgs.). *Visões do golpe: a memória militar sobre 1964*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2014.
- DIÁRIO MERCANTIL [Periódico]. “CORONEL exalta a participação dos expedicionários na guerra”. Juiz de Fora, 09 de maio de 1974, APUD Livro de Registros históricos da ANVFEB-JF, p. 07.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS [Periódico]. “Pleiteiam os Ex- Combatentes amparo dos poderes públicos”. Rio de Janeiro, 24 de junho de 1947. Edição 7564. p. 9. In: Hemeroteca Nacional Digital.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

- FERRAZ, Francisco César Alves. *A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945 – 2000)*. Londrina: Eduel, 2012.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2003.
- LOWENTHAL, David. *Como Conhecemos o Passado*. Projeto História, São Paulo, no. 17, p. 63-201, 1998.
- MAXIMIANO, Cesar Campiani. *Barbudos, Sujos e Fatigados: Soldados Brasileiros na Segunda Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. História, Cativa da Memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*. São Paulo, v. 34. p. 9-23, 1992.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
- SILVEIRA, Joaquim Xavier da. *A FEB por um soldado*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1989.
- TODOROV, Tzvetan. *Les abus de la mémoire*. Paris: Arléa, 1995. Disponível em: <<http://www.centroprodh.org.mx/impunidadayerhoy/DiplomadoJT2015/Mod3/Los%20abusos%20de%20la%20memoria%20Tzvetan%20Todorov.pdf>>. Acesso: 10 ago. 2020.

Texto recebido em 06/02/2020 e aprovado em 31/05/2020